

2. Formas de resistência a dominação ocidental, moderna e capitalista

Ao longo de toda a história de dominação europeia sempre houve diversas formas de resistência, porém na sociedade contemporânea, esses movimentos assumem nova forma e função social.

Para que a exposição do assunto se torne mais clara e didática dividimos esses movimentos em três partes: Movimentos de resistência no início da colonização europeia na América, Ásia, África e Oceania; movimentos de independência; movimentos de resistência contemporâneos com enfoque na resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pelos valores ocidentais, capitalistas e modernos.

Utilizamos o conceito de movimento de resistência de uma forma ampla, levando em consideração diferentes tipos de reação á lógica cultural dominante que vem sendo imposta pelas nações ocidentais a diferentes povos desde o princípio da história da mundialização que teve seu grande impulso na época das grandes navegações.

2.1. Colonização e imperialismo

Consideramos aqui como os primeiros movimentos de resistência, a luta de povos nativos com os conquistadores europeus na América, Ásia, África e Oceania durante a expansão das civilizações europeias que teve início no final do século XV até o século XIX. Esse encontro entre as civilizações europeias e outros povos foi marcado por guerras sangrentas. Os europeus usavam como estratégia de dominação, alianças com povos inimigos entre si. Muitas civilizações foram dizimadas seja devido a uma descomunal força bélica que tinham os europeus se comparada com a maioria dos povos nativos, seja com epidemias de doenças trazidas pelos europeus nas quais os povos nativos não tinham anticorpos.

Durante essa época, muitos povos foram escravizados, catequizados e impedidos de realizar seus ritos e seus costumes. Alguns desses conhecimentos foram incorporados às novas civilizações que surgiam e outros se extinguiram

para sempre. No continente americano civilizações inteiras foram extintas como é o caso dos Incas e dos Astecas. O período de colonização do século XVI foi marcado por grande violência e apesar da resistência, poucos povos nativos conseguiram sobreviver e manter viva sua cultura.

Alguns povos ficaram conhecidos pela força de sua resistência na época do imperialismo na África, Ásia e Oceania. O século XIX, também foi marcado por grande violência por parte dos países europeus. Houve movimentos de resistência nos países africanos e asiáticos. Os Maoris da Nova Zelândia representam um caso emblemático de resistência à colonização europeia.

Os primeiros habitantes da Nova Zelândia foram considerados os legítimos donos das terras não por uma questão ideológica. Hábeis comerciantes desde que se estabeleceram no Pacífico, os Maoris desenvolveram relações amigáveis com a Inglaterra já no início do século XIX, permitindo inclusive que colonos ingleses vivessem no país.

Em meados de 1800, no entanto, ações criminosas destes colonos, aliadas a pressões externas da França e dos Estados Unidos, levaram os chefes Maoris a solicitar uma intervenção da coroa britânica, que propôs um acordo pelo qual a Nova Zelândia passaria a fazer parte do protetorado britânico, sendo todos os seus habitantes considerados cidadãos ingleses. Ao mesmo tempo, no entanto, foi garantida aos Maoris a soberania política, bem como o direito inalienável à posse das terras e à propriedade de todos os recursos naturais do país, podendo estes ser comercializados se assim entendessem os seus proprietários. Um acordo foi assinado em 1840, conhecido como Tratado de Waitangi (Glass, 2003).

O tratamento respeitoso dos britânicos para com os Maoris, todavia ficou só no papel. Invasões, desapropriações e confiscos ilegais de terras, promovidos por meio do uso da força (massacres de Maoris foram comuns entre 1860 e meados do século passado), bem como um forte racismo e o completo desrespeito ao Tratado de Waitangi, acabaram reduzindo grande parte da população Maori à condição de miseráveis e excluídos sociais, econômicos e políticos. A expulsão do campo e a exploração de mão-de-obra barata nas fábricas principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, no entanto, acabaram servindo como fermento para a constituição de várias organizações de defesa dos direitos indígenas (os Maoris

foram muito engajados nos movimentos sindicais, anti-racistas, feministas e antiguerra na década de 70), que, baseados no Tratado de 1840, começaram cobrar do governo os direitos garantidos no tratado. Em 1975, o então governo Trabalhista foi obrigado a criar o Tribunal de Waitangi, constituído para analisar os casos de violações do Tratado de Waitangi, e até 1997 o governo foi condenado em 663 processos (op cit., 2003).

2.2.Movimentos de Independência dos Países Dominados pelas Nações Europeias

Os movimentos de independência tiveram início a partir de 1776 com a independência dos Estados Unidos. A partir de então muitas colônias e territórios que pertenciam a nações europeias, principalmente Inglaterra e França lutaram pela sua soberania. Era o início da luta pela formação de Estados- Nações que obtiveram seu próprio governo e soberania diante dos demais. Esses movimentos foram o produto típico de uma época na qual os Estados identificavam cada vez mais como unidades primárias da política mundial, ao passo que modelos políticos concorrentes como impérios, por exemplo, perdiam forças no cenário mundial (Armitage, 2011). Os movimentos de independência perduraram durante os séculos XVIII, XIX e XX e tiveram formas diferentes em diferentes períodos da história.

Esses movimentos se deram em sua maioria a partir da ascensão da burguesia que reivindicava mais autonomia em relação às regras e impostos abusivos dos países colonizadores como foi o caso dos Estados Unidos. Mas houveram casos em que outros grupos que não detinham o poder foram os grandes responsáveis pelo movimento de independência como foi o caso do Haiti.

No Haiti, a independência foi declarada a partir de uma revolta de escravos negros comandada por um escravo fugitivo. O Haiti foi o primeiro país latino-americano a obter independência e a única nação que conseguiu isso como parte de uma revolução de escravos bem sucedida. A partir da independência Haitiana começaram a emergir várias revoltas.

O Presidente americano Thomas Jefferson se recusou a reconhecer a independência do Haiti. Cedendo à pressão da França e da Espanha, o Congresso dos Estados Unidos proibiram o comércio com o Haiti, acrescentando mais um aos bloqueios que cobria a nascente república negra. Haiti foi forçado a fazer reparações a donos de escravos francês em 1825, no montante de 150 milhões de francos suíços, reduzida em 1838 para 60 milhões de francos, em troca de reconhecimento francês da sua independência e conseguir a liberdade. Esta indenização faliu o Tesouro do Haiti. Ela hipotecou o futuro do Haiti para os bancos franceses que forneceram os fundos para a primeira grande parcela, definitivamente afetando a habilidade do Haiti para ser próspero.

No século XIX, a independência indiana também foi um caso que teve muita repercussão na imprensa mundial. Liderada por Mohanda Gandhi, um advogado que já havia utilizado de técnicas de resistência pacífica na África do Sul, onde vivera, para protestar contra o Apartheid. Gandhi utilizava de desobediência civil, ele descumpria as regras impostas pela Inglaterra sem se importar com as consequências, mas sem usar de nenhum tipo de violência. Recorria a greves de fome para que os hindus e mulçumanos se unissem pela causa da independência. Sua figura passou a ser admirada no mundo todo inclusive na Inglaterra e seu exemplo inspira até hoje movimentos pacifistas. Com o carisma de Gandhi e o enfraquecimento da Inglaterra após a Guerra, a proclamação da independência indiana em 1947 foi inevitável. Gandhi defendeu a valorização da cultura local, representando uma reivindicação de muitos movimentos de resistência contemporâneos.

2.3. Movimentos de Resistência Contemporâneos

Como já foi citado acima, dividimos esse capítulo em três períodos para ficar mais didático, porém, é importante ressaltar que muitas vezes a reivindicações apresentadas por muitos movimentos de resistência contemporâneos dizem respeito a contestação de lógicas culturais, econômicas, sociais, políticas e territoriais que vem sendo impostas desde a época das grandes navegações. Primeiro levando ‘civilidade’ aos povos considerados bárbaros pelos

europeus e mais tarde com o discurso desenvolvimentista que impunha um modelo único de desenvolvimento para todos os povos.

Após o fim da segunda guerra surgiu como pano de fundo a divisão entre primeiro, segundo e terceiro mundo associada a ela, a divisão dos países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. A origem do nome é do demógrafo francês Alfred Sauvy, que propunha a ideia de um Terceiro Mundo, inspirado na proposição do Terceiro Estado usada na Revolução Francesa. Os países membros do chamado Terceiro Mundo deveriam se unir e revolucionar a Terra como fizeram os burgueses e revolucionários na França. Os chamados Primeiro e Segundo mundo surgiram de uma interpretação errônea por parte principalmente da mídia, que não entendeu a mensagem de Sauvy. Como consequência disso, hoje, muitos atribuem o nome a chamada "Velha Ordem Mundial", a divisão geopolítica de poderes e blocos de influência durante o período da Guerra Fria (1945-1989). O "Primeiro Mundo" seria o dos países capitalistas desenvolvidos, enquanto o "Segundo Mundo" seria o dos países socialistas industrializados. Restariam no "Terceiro Mundo" os países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados. Essa ideia surgiu de uma interpretação desatenta das afirmações de Sauvy (Wikipédia, 2011).



Figura 5: Os três Mundos.
Fonte Wikipédia, 2011.

- Primeiro Mundo: os Estados Unidos e seus aliados.
- Segundo Mundo: a União Soviética e seus aliados.
- Terceiro Mundo: países não alinhados e neutros.

Após o fim da União Soviética, o termo foi caindo em gradual desuso, preferindo-se usar os termos sinônimos "países em desenvolvimento" e "países emergentes" ou mesmo "países subdesenvolvidos", termos que demonstram que a ideia de desenvolvimento deveria ser unanime para todos os países.

O desenvolvimento se tornou tanto um slogan quanto um tema da ideologia oficial, profissional e das políticas de governo. Problemas como a fome, o analfabetismo que ocorriam no terceiro mundo eram encarados como falta de "desenvolvimento". A questão consistia então em como desenvolve-los e torná-los capazes de entrar na fase do crescimento auto-sustentado (Castoriadis 1987-1992).

O solo cultural onde a ideia de desenvolvimento surge é a modernidade, que por sua vez é cria de uma entidade histórica chamada Ocidente (Rua, 2007). A modernidade foi um grande divisor de águas na história da humanidade não podendo ser pensada sem a dominação da natureza e também não pode ser desvinculada á emergência do capitalismo que passa a ver a natureza de uma forma dessacralizada sendo percebida como um mero recurso (Souza, 1996). A relação modernização-desenvolvimento como par fundamental que por sua vez serviu como base conceitual ao modelo Keynesiano de política econômica que defendia a vantagem da industrialização dos países "atrasados"(Rua, 2007). Essa ideia foi, portanto construída associada também ao modo de vida capitalista.

A história do capitalismo é a história da mundialização que vai muito além da simples ideia que o considera apenas como um modo de produção. O capitalismo pode certamente ser considerado como um projeto civilizatório, que age em diferentes aspectos e abrange diversas escalas. O capitalismo é "um vasto processo histórico simultaneamente social ,econômico, político e cultural, no qual se movimentam indivíduos e multidões, sociedades e culturas, línguas e religiões" (Ianni ,1993). A expansão contínua contribui para a integração e desintegração de diversos espaços e de formas de vida e trabalho. Os mesmos incômodos econômicos trabalham, enxotando de seu pequeno mundo o pescador das ilhas Marquesas, o pequeno cultivador de feijão preto de Yucatã, o pequeno criador da Sardenha ou da Sicília , para os levar para o anonimato ingrato das periferias de Papeete, da cidade do México, de Milão (Chesneaux, 1996). A mundialização

guiada pelo grande capital, especialmente das grandes empresas multinacionais, mudou as perspectivas territoriais. A mesma dinâmica do capitalismo cria e recria forças implicando na concentração de capital em diferentes escalas. Essa desintegração muitas vezes destrói formas sociais de vida, sendo sua trajetória marcada por periódicas épocas de crise e reestruturação. A necessidade de mercados cada vez maiores impele a burguesia para todo o globo terrestre, além disso, o exército industrial de reserva tornou-se planetário os trabalhadores sem emprego se dispersam em todos os sentidos á procura de uma vida melhor. Os povos e sociedades que possuem modos singulares de vida e tecnologia são “engolidos” pela lógica econômica, acarretando na perda de técnicas muito mais coerentes com o ambiente em que vivem e conseqüentemente muito mais sustentáveis.

As forças engajadas no capitalismo podem produzir tanto integração de territórios quanto fragmentação dos mesmos mas sempre submetendo-os a uma lógica que tende a homogeneização cultural nos moldes de vida ocidental e moderna, muitas vezes modificando seu modo de produção destruindo o sentido de sistema social ao qual aquele sistema estava fortemente ligado. Há um modelo cultural transnacional que uniformiza a vida em escala planetária em todos os seus aspectos (Latouche, 1994), um ciclo de ocidentalização do mundo que é simultaneamente social, político, econômico e cultural (Ianni, 1993). O liberalismo econômico e o contratualismo político constituem alguns dos elementos básicos desse modelo de civilização que atualmente se apoiam em modelos simbólicos cuja dominação é abstrato e, por isso mesmo, menos contestável.

Quase toda a humanidade vive na era cristã e sobre base de uma hora GMT , e apesar de existirem outros calendários como o hindu balinês e o budista, ele pouco influencia na hora dos aviões por exemplo. A dominação simbólica é tão grande que muitas vezes aviões que possuem vôos que partem da América Latina para Ásia, fazendo escala na África, oferecem muitas vezes filmes ocidentais, em sua maioria, norte americanos. Essa unidade essencial é cada vez mais chocante à medida que se instala no nosso imaginário. “Modernização, progresso e desenvolvimento têm sido termos intercambiáveis e têm marcado o movimento do todo social como projeto civilizatório no Ocidente, paulatinamente, ao se tornar

hegemônico, tal projeto, foi sendo imposto a todos os quadrantes do mundo” (Rua, 2007). O Ocidente é uma noção mais ideológica do que geográfica que tem a ver com Europa, Iluminismo, com o capitalismo e a raça branca.

Essa ideia dominante de desenvolvimento vem sendo questionada por alguns autores como Escobar (2005), Coronil (2005), Zouaoui (2003) que defendem projetos locais que são dotados de mais autonomia e resistência. A lógica defendida por esses movimentos está baseada na busca de “desenvolvimentos” e na construção de uma autonomia dos lugares. A resistência à homogeneização que vem dilacerando muitas culturas e consequentemente extinguindo formas sociais e tecnologias locais, é fundamental na preservação cultural.

Muitas alternativas ao modelo dominante capitalista estão surgindo em diferentes lugares do mundo e enfocando diferentes aspectos. Pessoas que buscam construir formas políticas, sociais e econômicas não capitalistas, igualitárias e solidárias.

Inspirados nos grupos Zapatistas, o conceito de autonomia foi criado por movimentos anticapitalistas. Esse ativismo presente em vários lugares do mundo é multifacetado e multiescalar e foi definido por Harvey (2005) como “Espaços de Esperança”. Superar a exploração de classes foi considerado por Castoriadis (1985) como algo crucial, mas não necessariamente como mais importante que o enfrentamento de outros desafios tais como a opressão de fundo étnico ou de gênero e a natureza antiecológica do capitalismo. Ele dedicou grande atenção a contribuição política dos “novos movimentos sociais”, ao mesmo tempo que rejeitava uma perspectiva estreita do conflito social e da dominação, incapaz de enxergar além das lutas de classes e de valorizar devidamente questões não diretamente ligadas a esfera de produção.

Podemos observar atualmente alguns movimentos separatistas em diversos lugares do mundo que possuem características sociais, culturais e étnicas, porém, estados independentes resistem a novas reivindicações de independência principalmente porque o conceito de territorialidade vincula independência e soberania. Sem território (utilizado aqui no sentido material do termo) definido não pode haver Estado. Por isso muitas vezes os povos nativos e grupos sociais

distintos recorrem a outras estratégias para assegurar seus direitos e garantirem a sua autonomia (Armitage, 2011). Esses grupos escolhem outras formas de auto-determinação como a transferência de autoridade, representação política mais amplas, garantia de autonomia em terras demarcadas e reformas territoriais como a reforma agrária no campo e a ocupação de imóveis vazios nas grandes cidades. Atualmente existem muitos movimentos de grupos que buscam autonomia no intuito de fortalecer sua identidade e valores e reivindicar outras formas de ocupação do território. Vamos abordar algumas experiências de movimentos contemporâneos de resistência para contextualizar a discussão acima.

2.3.1. Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

O Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) nasceu com a transição do processo político brasileiro e o fim da ditadura, no final da década de 70 e começo dos anos 80. Formalmente, o movimento nasceu em 1984, porém, já haviam mobilizações anteriores. Normalmente mais ativo no Sul do Brasil na década de 80, tomou viabilidade nacional na década seguinte.

Os motivos que levaram ao nascimento do movimento são diversos mas podemos destacar três deles: Inédito padrão de violência rural, processo de modernização da agricultura e desenvolvimento capitalista sem precedentes (Navarro, 2001). Esses fatores levaram a expulsão de vários pequenos produtores rurais de suas terras que sofreram com a crescente mercantilização dos processos produtivos e uma crescente diferenciação social. A integração de novos complexos agroindustriais no período criou outros interesses no cenário rural brasileiro, gerando uma necessidade de novas formas de representação e estimulando diversas ações coletivas por pequenos produtores e trabalhadores rurais.

O MST reintroduziu a bandeira de reforma agrária no cenário político brasileiro. Como a realidade agrária do país é bastante diversa, o movimento não assumiu uma postura homogenia, possuindo uma capacidade de reinventar se politicamente segundo as variações conjunturais e uma criatividade com outros movimentos (Navarro, 2001).

O Movimento tem como base os mais pobres dos mais pobres, gente sem moradia, com pouca escolaridade e facilmente manipulável politicamente. Sua bandeira principal é pressionar socialmente para alterar um padrão de propriedade de terra historicamente consolidada, onde o controle desse recurso mantém-se nas mãos de uma minoria.

De acordo com dados oficiais (op cit., 2001), até 1996 117 mil famílias haviam sido assentadas, esse número foi aumentando e somente entre 1999 e 2002, 400 mil famílias tiveram acesso a terra.

O MST possui um caráter bastante diverso em diferentes regiões do país e algumas divergências internas. Nos anos mais recentes (1994,1995) os jovens assentados de diferentes regiões e realidades brasileiras recebem ensino profissionalizante e formação política dentro de escolas organizadas pelo MST nos assentamentos. Essa segunda geração do movimento é aberta a interpretações e posturas políticas mais radicais gerando muitas vezes conflitos internos.

2.3.2. Pacífico Colombiano

No Pacífico colombiano, mais especificamente na região do rio Atrato, diversas comunidades tradicionais, negras e indígenas, estão articuladas em torno da defesa do seu direito a manter práticas e discursos particulares com relação à biodiversidade. Essas populações organizaram associações que atuam como força de pressão frente ao governo. Erigem-se em verdadeiros centros de resistência às incursões das empresas privadas. A partir de 1997, graças ao trabalho do movimento social, estão concedidos títulos e propriedade aos Territórios Coletivos negros e indígenas.

O movimento indígena e o movimento negro estão imersos em complexas redes de relações nacionais e internacionais que lhes permitem deixar o isolamento e a falta de autonomia aos quais, o sistema hegemônico os remeteu, inscrevendo-se, deste modo, nos circuitos da globalização anti-hegemônica.

Para agravar a tensão na região do Pacífico colombiano e dificultar a organização dos movimentos sociais, a guerra civil está se alastrando por sobre o território. As FARC, o ELN e os grupos paramilitares de direita vêm na zona do

rio Atrato um corredor estratégico para acessar o Pacífico. Constantemente, as lideranças negras e indígenas são ameaçadas pela guerrilha em sua disputa por territórios e áreas de influência.

A Organização Indígena de Antioquia (OIA), que há vários anos declarou uma posição de “neutralidade ativa” em relação ao conflito armado, tem sofrido represálias violentas. As FARC assassinaram vários membros de comunidades indígenas, afetando os “emberá-katía”, que são maioria entre os membros da Organização. Pouco tempo depois, os paramilitares de direita fizeram as mesmas acusações e também cometeram assassinatos contra líderes das comunidades (Pardo, 2001).

2.3.3. Movimentos Indígenas

Iniciativas indígenas, sejam aquelas com demandas pontuais, sejam aquelas de caráter político mais amplo, são, em ambos os casos, iniciativas de afirmação de direitos advindos de especificidades sócio-culturais que no conjunto dos povos indígenas os difere da sociedade nacional brasileira e que difere, ainda, cada um destes grupos étnicos entre si. São estas iniciativas, responsáveis pela conquista da voz política do índio como agente ativo no campo do indigenismo brasileiro e pela afirmação de novas faces políticas do movimento indígena e de suas organizações locais (Neves, 2001).

O surgimento de mobilizações e manifestações indígenas no Brasil está diretamente relacionado aos movimentos étnicos que a partir dos anos 70 emergem em diversos países da América Latina.

Foi realizada em abril de 1974 a primeira assembleia de etnias indígenas brasileiras contando com a presença de 17 representantes indígenas, o número de assembleias e de participantes aumentou a cada ano. Além de possibilitar o encontro entre povos que na maior parte das vezes sequer se conheciam, o grande feito das assembleias foi à tomada de consciência da situação de dominação e discriminação a que estavam sujeitas todas as etnias, o que impulsionou as populações indígenas à busca de formas de organização política e de mobilização em suas disputas e embates com a sociedade brasileira. Da parte do órgão oficial

indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e de outros órgãos públicos, como Polícias Federal e Militar, os povos indígenas passaram a sofrer oposição às assembleias e uma repressão aberta da ditadura militar contra os esforços iniciais de formação de um movimento indígena. Paradoxalmente, a repressão dos militares, cristalizada no Projeto de Emancipação, de 1978, que pretendia anular os dispositivos legais especiais que normatizavam as questões indígenas, impulsionou uma aliança entre índios e setores da sociedade civil dando origem às condições políticas para a criação de uma entidade representativa dos povos indígenas de todo o país (Neves, 2001).

Nos anos 80 as etnias indígenas se aliaram com outros segmentos da sociedade brasileira e setores populares como as igrejas progressistas, entidades de apoio à causa indígena e seringueiros da Amazônia numa aliança chamada Povos da Floresta.

No começo dos anos 80, com os militares ainda no poder, havia uma forte repressão aos movimentos indígenas que eram encarados como uma ameaça à soberania nacional.

Com o fim da ditadura, essa relação do estado com os povos indígenas se tornou menos repressiva, e em 1987 foi a primeira vez que o estado sentou com etnias indígenas para discutir sobre demarcação de terras, numa assembleia realizada no município de São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas (Neves, 2001)

Com a constituição de 1988 houve um grande avanço na autonomia dos povos indígenas que puderam se representar por si próprios em questões políticas e judiciais perante o estado e os segmentos da sociedade brasileira, pois até então, eram considerados relativamente incapazes (op cit.,2001).

Devido as políticas neo-liberais assumidas a partir do governo Collor, houve uma redução da máquina estatal e terceirização dos serviços. A política indigenista do Estado fragmenta-se e é dividida a diferentes órgãos municipais, estaduais e federais não havendo mais uma homogeneidade.

A diminuição do controle da FUNAI sobre a política indigenista e a emergência de novos atores nesse campo possibilitou novas e mais amplas redes de apoio aos povos indígenas.

Com isso houve incentivos diversos tais como:

- realização de cursos de capacitação pedagógica e lingüística para professores indígenas que lecionam em escolas indígenas.

- construção de sistemas econômicos de aceitação no mercado internacional, alternativos ao antigo modelo de economia de subsistência, como a venda de artesanatos através de redes de lojas de decoração espalhadas nas principais capitais do país, ou de guaraná vendido na Itália a partir de uma aliança com organizações não-governamentais.

Mesmo com o apoio de diferentes entidades as causas indígenas nos anos 90, o governo brasileiro continuou apresentando descaso e violência contra os povos indígenas como nos afirma Neves (2001).

A primeira, uma violência de ordem jurídica, em que, através de duas medidas legais impostas em janeiro de 1996, o Estado brasileiro efetivou a juridificação do processo de demarcação das terras indígenas, modificando radicalmente a sistemática de reconhecimento das terras, reduzindo a participação dos índios no processo de demarcação a uma mera presença formal com o sentido de legitimar o procedimento jurídico de definição de limites territoriais. Com a juridificação da demarcação, a luta dos povos indígenas sofreu um violento processo de regulação social, diluindo a mobilização política alcançada na década de 80 e minando, com isso, o movimento indígena. A segunda, uma violência física desencadeada por forças policiais em abril de 2000 contra os representantes indígenas presentes nos manifestos indígenas contra as celebrações governamentais dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Antes de representar uma exceção de comportamento, estas duas atitudes violentas demonstram a continuidade da política repressiva do Estado em relação aos povos indígenas, uma continuidade que apesar das mudanças políticas tem atravessado séculos e regimes (NEVES,2001:8).

Sem dúvida a atitude de resistência durante a celebração dos quinhentos anos de do descobrimento do Brasil que aconteceu em Abril de 2000, simbolizou a insatisfação com 500 anos de uma história de exploração e desrespeito às etnias indígenas.

Como marcos políticos contra-hegemônicos de afirmação de uma identidade indígena profunda que alicerça a identidade nacional de um Brasil pluricultural, Marcha Indígena 2000 e Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do

Brasil marcam um começar de novo, um redescobrimento de um Brasil não-europeu, a retomada de uma consciência nacional indígena fundadora de uma identidade indígena-negra-européia do perfil do Brasil atual (Neves,2001).

Essa autonomia representada pela constituição de 1988 e a fortificação da identidade indígena nacional, aliadas a falta de realização das leis presentes na nova constituição pelo estado, levaram à algumas iniciativas de auto demarcação de terras indígenas como o caso dos Kulinhas no alto dos Rios Purus, cujo trabalho técnico de demarcação foi reconhecido pela FUNAI, e das etnias Deni e Kunamari . Essas três etnias decidiram e demarcaram por conta própria o limite de suas terras representando uma autonomia inédita entre os povos indígenas desde a chegada dos europeus.

2.3.4. Movimento das Populações Tradicionais de Parati

Desde 2007 as populações tradicionais de Parati - Caiçaras, quilombolas e Guaranis - começaram a organizar uma agenda de encontros cada um em uma comunidade com o intuito de discutir os problemas enfrentados na região e colocar em prática Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPT). Criado em 2007 a partir de uma parceria do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ocupado na época por Marina Silva.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNDSPCT) é responsável pela implementação da política constituída de representantes de 13 povos: indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, caiçaras, pescadores artesanais, castanheiros, povos dos faxinais, geraisieros e dos fundos de pasto. E também por representantes da Administração Pública Federal. O Ministério do Desenvolvimento Social preside a Comissão e o Ministério do Meio Ambiente é responsável pela Secretaria Executiva. A CNDSPCT propõe uma importante mudança na relação do Estado com as comunidades, que amplia a sua liberdade em definir um modo de vida próprio e ao mesmo tempo inserida na sua rede de proteção social.

Parati se localiza no estado do Rio de Janeiro no eixo Rio-São Paulo, muitas comunidades tradicionais viveram ali isoladas após o declínio da exploração de ouro em Minas Gerais até a década de setenta com a construção da BR 101. A construção da estrada trouxe um grande fluxo turístico e junto com ele uma forte especulação imobiliária. As populações tradicionais sofrem fortes pressões vindas de grileiros e de políticas ambientais preservacionistas.

Nessas reuniões são discutidos não só os direitos dessas populações, mas também problemas pontuais das comunidades que ajudam a perceber os problemas reais de cada comunidade e a articulação na busca por soluções. Em sua tese Miguelletto (2011) acompanhou muitas dessas reuniões e apresentou algumas das discussões sobre problemas dentro da comunidade, e numa delas relatou a presença do Cacique Darci que hoje reside na aldeia da praia de Camboinhas (como veremos no estudo de caso), que até então residia numa aldeia Guarani no Município de Parati.

Durante os encontros começaram a surgir as mais variadas demandas, problemas com a luz, a água, a estrada, sempre ao lado da questão fundiária. Perceberam que é necessário conhecer muito bem os problemas de cada comunidade para depois trabalhar as soluções. Que existem questões de longo prazo, como a regularização fundiária, mas também questões de curto prazo, ações práticas do Fórum para se fazer em mutirão, e evitar cair na “discussão sem ação”.

Uma liderança indígena, o jovem cacique Darcy, explicou uma situação enfrentada pelos guaranis. Eles estão com problemas de acesso à água e isso tem gerado doenças na aldeia. O proprietário do terreno vizinho tem acesso à nascente e proíbe o acesso aos índios. O encontro seguinte foi marcado na Aldeia de Paraty-Mirim, com a proposta de se organizar um mutirão sobre a questão da água.

Nesta reunião, o cacique explicou que a área demarcada para os índios excluiu a nascente da água. A solução da FUNAI foi construir um poço para captação de água, mas a obra parou por falta de recursos. E a FUNAI não disponibiliza mais dinheiro, porque a aldeia tem menos de 500 pessoas. Para completar, no mês seguinte o cacique Darcy tem que sair da aldeia, pois se casa com uma branca (Miguelletto, 2011:96).